

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL

A Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela [Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#). O Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, tem sua última composição no [Decreto 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#), e suas alterações, tendo a função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#), e, por intermédio de seu Plano de Manejo, em desenvolvimento nos termos da licitação na modalidade de Concorrência nº 126/2022, contrato firmado com a empresa Detzel Consultores Associados S/S.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em 30/01/2024.

No trigésimo dia, do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas e nove minutos, superado o quórum regimental para início de suas atividades reuniu-se o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, no auditório da ETE Jarivatuba, situado na Rua Rio Velho, s/n, no Bairro Paranaguamirim, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato de 15/01/2023 à 14/01/2025: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Osmar Leon Silvi Júnior, da SEHAB; Luiz Gustavo Ravazolo, da SAMA; Jurandir Gonçalves, da AMUT; Michele Regina Brand, da CPJ; Iracema Candido, da APP Escola Prof Reinaldo França; Wilmar Manske, do NEEB; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Maria Conceição Junckes, da SECULT.UTE; e Cristiano Viana Abrantes, da SECULT.UPM. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, Secretário Executivo do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Waldir Vieira, morador; Dirk Henning, da AMUT; Eliete da Luz, da AMUT; Carla Caroline Correa, da SAMA; Marcelo Nunes, da HACASA; Anderson Almeida Rudnick, da HACASA; Vanessa Cristina Venske Falk, da SECULT.UTE; e Jizelle Caroline do

Nascimento, da HACASA. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação das Atas dos dias 28/11/2023 e 14/12/2023;** **2) Câmara Técnica - Avaliação Produtos Plano de Manejo (Contrato Detzel);** **3) Apresentação Plano de Manejo (Produto 7 - versão preliminar),** **4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Pauta 1) Aprovação das Atas dos dias 28/11/2023 e 14/12/2023:** A Presidente do Conselho, Magda Franco deu início a reunião cumprimentando a todos os Conselheiros e visitantes, em seguida questionou se todos os Conselheiros e Conselheiras receberam as Atas da Reunião Ordinária do dia 28/11/2023 e da Reunião Extraordinária do dia 14/12/2023 e se teriam alguma consideração a ser feita, ao que, sem quaisquer manifestações, coloca as Atas em votação, sendo Aprovadas por unanimidade dos votos dos Conselheiros. **Pauta 2) Câmara Técnica - Avaliação Produtos Plano de Manejo (Contrato Detzel):** A Presidente do Conselho, Magda Franco informa que a função da Câmara Técnica a ser formada será receber os produtos do Plano de Manejo para analisá-los e debatê-los antes de serem apresentados ao Conselho para que o Plano de Manejo seja, ao fim, submetido a aprovação. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT, questionou se na presente reunião seria formada essa Câmara Técnica, ao que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que sim, será formada essa Câmara Técnica, e que posteriormente, serão recebidos os Produtos para análise e discussão na Câmara. O Conselheiro Luiz Gustavo Ravazolo, da SAMA, informou que a SAMA já recebeu o sétimo Produto do Plano de Manejo, e que esse já foi encaminhado para que os Conselheiros já possam começar a analisá-lo, e agora é necessário formar a Câmara Técnica para analisar o Produto e introduzi-lo no Plano de Manejo de forma que todos possam contribuir, e explica também que o Produto 7 é a consolidação de todos os estudos que foram feitos até o momento, e o Produto 8 será elaborado a partir desse Produto, sendo o Produto 8 o Plano de Manejo propriamente dito, que será submetido posteriormente à aprovação do Conselho. A Presidente do Conselho, Magda Franco complementa dizendo que com isso o Conselho possui dois objetivos, primeiramente formar a Câmara e analisar o Produto 7, informando que as reuniões dessa Câmara Técnica serão muito mais frequentes do que as do Conselho, por exemplo, que se reúne uma vez a cada dois meses, enquanto a Câmara Técnica deverá se reunir a cada 15 dias ou semanalmente. O Secretário José Neto aproveita o ensejo e informa que para a Câmara Técnica não é necessária a participação de todos os Conselheiros, mas sim os que possuem disponibilidade para participar, assim quando o assunto for debatido em Plenária os Conselheiros tenham mais facilidade para acompanhar e entender os debates, comentando também que esse é o momento para retirar as eventuais dúvidas. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT questiona então os Conselheiros se voluntariarão para compor a Câmara Técnica e, após a formação de mesma, os Conselheiros se reunirão a cada 15 dias para debater os dados reunidos no Produto 7 antes que sejam apresentados em Plenária a todos os Conselheiros, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que sim, esse será o papel da Câmara Técnica. O Conselheiro Luiz Ravazolo, da SAMA informa que a Detzel ainda apresentará o Produto 8, contudo todos os dados coletados até o momento estão reunidos no Produto 7, o Produto 8 será basicamente para revisão e aprovação do Plano de Manejo, sendo agora o momento de esclarecer as dúvidas, pois será com base nas discussões sobre o Produto 7 que o Produto 8 será elaborado. O Conselheiro Osmar, da SEHAB comenta que seria possível entender o Produto 7 como um resumo do que foi feito até o momento, com todas as pesquisas, Oficinas e outros dados separados em tópicos e que a Câmara Técnica irá analisar esses dados e, com base nisso, a Detzel elaborará a proposta do Plano de Manejo, que será o Produto 8, que futuramente será debatido e submetido ao Conselho para sua aprovação ou não aprovação. A Presidente do Conselho, Magda Franco informa que, regimentalmente, o Conselho não possui uma porcentagem mínima ou máxima de Conselheiros que possam participar da Câmara Técnica e questiona ao Secretário José Neto quantas entidades possuem atualmente no Conselho, ao que Neto responde que o Conselho possui atualmente 14 entidades de forma paritária, sendo sete do Poder Público (CAJ, SAS, SECULT.UPM, SECULT.UTE, SEHAB, SAMA e PMA) e sete da Sociedade Civil (NEEB, AMUT, APP Escola Prof Reinaldo França, CPJ, CHBB, Instituto COMAR e Univille). A Presidente do Conselho, Magda Franco informa que os Conselheiros que compuserem a Câmara Técnica irão se reunir, farão pesquisas e terão tarefas para fazerem dentro e fora das reuniões. O Secretário José Neto comenta que os Conselheiros que compuserem a Câmara Técnica serão guardiões do Plano de Manejo, e deverão compreender seu conteúdo. A Presidente do Conselho, Magda Franco sugere então que a Câmara seja composta por seis entidades, sendo três do Poder Público e três da Sociedade Civil. O Conselheiro Osmar, da SEHAB ressalta que para uma Câmara Técnica o comprometimento terá que ser ainda maior que para o Conselho em si, e que por essa razão os Conselheiros devem pensar bastante antes de candidatarem suas entidades para a Câmara. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT sugeriu que pelas dificuldades e pelo fato de o Conselho ser relativamente pequeno a Câmara Técnica deveria ser composta por pelo menos oito entidades, sendo quatro do Poder Público e quatro da Sociedade Civil, o que inclusive possibilitaria o auxílio de uma grande parte dos Conselheiros, ao invés de

apenas seis. A Presidente do Conselho, Magda Franco comenta que como cada entidade da Câmara Técnica levaria não apenas seu Conselheiro Titular, mas também o Suplente, e isso significaria que estariam presentes seis Conselheiros de entidades do Poder Público e seis Conselheiros da Sociedade Civil, totalizando 12 Conselheiros. O Conselheiro Osmar, da SEHAB sugeriu que em cada reunião fosse debatido um tema específico dentro do Produto 7, passando para o tema seguinte na próxima reunião, com isso não haveriam pendências a serem debatidas, e seria possível os Suplentes das entidades deliberarem junto aos Conselheiros das outras entidades sem problemas. O Conselheiro José Mário, do CHBB comenta que a Câmara Técnica não necessariamente precisa ser composta somente de Conselheiros, sendo possível que pessoas com grande conhecimento sobre o tema a ser discutido também podem participar, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco questiona ao Secretário José Neto se isso está previsto no Regimento Interno do Conselho, ao que o mesmo responde que o Regimento Interno não impede que isso ocorra, mas que os participantes das reuniões da Câmara Técnica que não forem Conselheiros só teriam poder de fala, não de voto. O Conselheiro Luiz Ravazolo reitera a imensa responsabilidade de compor a Câmara Técnica, informando que os Conselheiros das entidades participantes terão que analisar os estudos do Produto e produzirem materiais e ideias em cima deles para levar as reuniões. Após o fim do momento de discussão e deliberação entre os Conselheiros acerca da forma como ocorreria a Câmara Técnica a Presidente do Conselho, Magda Franco em conjunto com os Conselheiros decidiram que as reuniões da Câmara Técnica ocorreriam às terças-feiras entre às 16h00 e 17h00, quanto à composição, os Conselheiros apontaram a necessidade de ter pelo menos uma entidade com conhecimento técnico, sendo as mais indicadas a Univille ou o Instituto COMAR, ambas as entidades que não estão presentes na reunião, além de sugerirem que a Câmara Técnica seja composta por quatro entidades do poder público e quatro da sociedade civil, totalizando oito entidades. O Conselheiro Cristiano Viana Abrantes, da SECULT.UPM sugere que seja possível, caso os Conselheiros de alguma entidade participante da Câmara Técnica percebam que não estão conseguindo participar das reuniões, que a entidade em questão possa ceder o seu lugar para outra entidade que queira participar da Câmara Técnica, reiterando também o pedido de que as entidades participantes se comprometam a participar e agregar a esse momento tão importante para a elaboração do Plano de Manejo. A Conselheira Vanessa Cristina Venske Falk, da SECULT.UTE concorda e complementa dizendo que o ideal seria que as entidades participantes da Câmara Técnica devem ser as que mais participam e mais estão engajadas no Conselho. A Presidente do Conselho, Magda Franco informa que haverá essa conversa com os Conselheiros sobre a presença nas reuniões e a importância do trabalho que será desenvolvido na Câmara Técnica, bem como reitera que as entidades poderão chamar pessoas com conhecimento técnico para participar da reunião e exporem sua visão técnica, porém sem poder de voto, apenas de fala. Dito isso, a Presidente do Conselho, Magda Franco questiona se os Conselheiros estão de acordo com a estruturação da Câmara Técnica e a forma de composição e, sem manifestações contrárias, informa que as oito entidades participantes da Câmara Técnica serão: NEEB; CPJ; AMUT; e APP Escola Prof Reinaldo França, representando a Sociedade Civil, e SEHAB; SECULT; CAJ; e SAS, representando o Poder Público, sendo que a SAMA conduzirá a Câmara Técnica e atuará como Suplente caso alguma entidade do poder público não possa comparecer, enquanto as entidades da Sociedade Civil possuem como suplente o CHBB. O Secretário José Neto informa que poderá posteriormente ser criado um grupo no WhatsApp exclusivamente para assuntos da Câmara Técnica, no qual os Conselheiros das entidades participantes serão colocados para que sejam discutidos os detalhes do cronograma de reuniões, além de outros assuntos relacionados à Câmara Técnica. Sem mais manifestações e contribuições, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Apresentação Plano de Manejo (Produto 7 - versão preliminar):** A Presidente do Conselho, Magda Franco cede a palavra para o Conselheiro Luiz Gustavo Ravazolo, da SAMA, que cumprimenta a todos os Conselheiros e visitantes, iniciando sua fala lembrando aos Conselheiros que a empresa licitada para realizar a elaboração do Plano de Manejo é a Detzel, e que como a empresa envolveu bastante a comunidade em todas as etapas até o momento e, por essa razão, seria possível que os Conselheiros e visitantes se recordassem durante a apresentação de muitos dos pontos que seriam abordados. O Conselheiro Luiz reitera que atualmente a empresa entregou o sétimo Produto do Plano de Manejo, e que este consiste na consolidação de tudo o que foi desenvolvido até o momento, desde as pesquisas até as atividades desenvolvidas nas Oficinas, sendo o Produto 8, o Plano de Manejo em si, que será desenvolvido a partir do trabalho do Produto 7. O Conselheiro Luiz realizou uma apresentação sobre o Produto 7, e com relação à estruturação e consolidação preliminar do Produto, informa que esta foi dividida em componentes fundamentais, propósito, significância e recursos, e valores fundamentais, pontos muito discutidos durante as Oficinas participativas, e comenta que esses pontos são os que trazem as referências sobre o que é a RDS e quais suas características. Além dos componentes fundamentais, o Conselheiro Luiz mencionou também os

componentes dinâmicos, que correspondem às análises que foram feitas com base em todos os diagnósticos e trabalhos desenvolvidos nas Oficinas, sendo esses componentes a análise dos recursos e valores fundamentais; análise das questões – chave, temas muito trabalhados nas oficinas; priorização da necessidade de dados e planejamento; subsídios para a interpretação ambiental; e mapeamento e sistemas de informações geográficas, sendo que esses três últimos foram desenvolvidos e entregues pela empresa Detzel nos Produtos 5 e 6. O Conselheiro Luiz apresentou também os componentes normativos, que são resultantes de todo o planejamento dos Produtos anteriores, sendo esses o zoneamento, com a Ilha sendo dividida em setores ou zonas, cada uma possuindo normas específicas; normas gerais, que valem para todas as zonas, diferentemente das normas específicas que designam apenas para suas zonas; e atos legais e administrativos. O Conselheiro Luiz informou também que a Detzel construiu um Plano de Ação através das informações coletadas nos Produtos anteriores. O Plano de Ação é composto de programas que serão utilizados na gestão da RDS, como um programa de conservação da vegetação, por exemplo, que trataria da conservação das espécies nativas e da forma de lidar com espécies exóticas que estão interferindo no ecossistema da RDS, além de outros programas. Foi apresentado um mapa com as divisões do zoneamento da RDS, lembrando aos Conselheiros que esse mapa foi desenvolvido coletivamente durante as oficinas, dividindo o território em cinco zonas: Zona de Preservação, correspondentes as áreas dos sambaquis; Zona de Conservação, correspondente a área dos manguezais; Zona de Uso Restrito, correspondente as florestas de restinga; Zona Populacional, onde ficam as casas, ruas e a infraestrutura para atender a população; e a Zona de Adequação, onde há moradias irregulares dentro das florestas. Explicou que há necessidade de normas específicas para cada zona uma vez que as atividades desenvolvidas em cada uma são diferentes, como a zona de preservação dos sambaquis, por exemplo, em que não se podem desenvolver atividades, enquanto a área populacional, por exemplo, possui diversas atividades. O Conselheiro Luiz apresentou ainda um segundo mapa contendo a demarcação da zona de amortecimento, ou seja, todo o entorno da RDS, avançando sobre a Baía da Babitonga até próximo a metade do Canal do Ipiranga, divisa com o município de Araquari, seguindo até o bairro do Espinheiros em Joinville, além de ao sul se estender pelo território de comunidades próximas, informando também que essa zona de amortecimento é extremamente necessária para a proteção da RDS, pois as atividades realizadas no entorno da Unidade de Conservação podem interferir no território da mesma e, caso sejam identificadas atividades nessa região que afetem a RDS elas deverão ser reguladas. A visitante Jizelle Caroline do Nascimento questiona se as normas da zona de amortecimento interferem de alguma forma nos terrenos e propriedades que estiverem fora da RDS e dentro da referida Zona, no que o Conselheiro Luiz informa que as normas dessa Zona não interferem nesse aspecto, a menos que sejam realizadas obras grandes, como a instalação de alguma Empresa, por exemplo, que necessite de outras autorizações e que seu funcionamento possa afetar de alguma forma a RDS, entretanto, não afeta em nada as casas e terrenos existentes nessas áreas. O senhor Anderson Almeida Rudnick, da HACASA questiona se alguma atividade será proibida na Zona de Amortecimento, no que o Conselheiro Luiz responde que como essa Zona corresponde a um território fora da RDS não é possível proibir atividades com base no Plano de Manejo. Com relação às Normas Gerais, o Conselheiro Luiz informou que foram elencadas 17 normas que servem para todas as Zonas, e que cada uma das regras propostas deverá ser analisada para que se verifiquem se essas normas são adequadas ou não. Com relação às normas específicas de cada Zona, o Conselheiro Luiz informou que existem, respectivamente: cinco normas na zona de preservação; sete na zona de conservação; oito na zona de uso restrito; 11 na zona populacional; cinco na zona de adequação; e cinco regras na zona de amortecimento. Através do Grupo de Trabalho serão analisados cada um desses pontos e normas apresentados para que, com as contribuições do Conselho Deliberativo, seja criado o Produto 8, que será a proposta de Plano de Manejo propriamente dito para que, posteriormente, essa proposta seja submetida para aprovação do Conselho. Dito isso, o Conselheiro Luiz encerra sua apresentação, colocando-se a disposição para retirar eventuais dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro Dirk, da AMUT questiona se há uma previsão de quando esse trabalho será finalizado, no que o Conselheiro Luiz responde que a previsão é de que, com a Câmara Técnica se reunindo periodicamente, os trabalhos possam ser finalizados a tempo de serem apresentados na próxima reunião Plenária do Conselho, no dia 26/03/2024, contudo, informa que ainda será elaborado o cronograma de reuniões com a quantidade de reuniões da Câmara Técnica programadas, aproveitando o ensejo para pedir aos Conselheiros que realizem a leitura dos tópicos programados antes das reuniões, para já chegarem preparados com os apontamentos e as dúvidas, tornando as reuniões mais produtivas. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco, encerra a matéria, passando para o próximo item. **Pauta 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** A Presidente do Conselho, Magda Franco questiona aos Conselheiros se desejam se utilizar da Palavra Livre. O Conselheiro Dirk, da AMUT lembra aos demais Conselheiros que ficou pendente na última reunião ordinária do dia 28/11/2023 resposta à solicitação de que esse Conselho seja consultado na escolha dos

nomes das servidões criadas na RDS, reiterando que o Conselho não quer causar nenhum impedimento na criação das servidões, apenas deseja que o Conselho seja consultado antes de ser feita a escolha dos nomes das mesmas. O Conselheiro Osmar, da SEHAB informa que, atualmente, a legislação não prevê esse tipo de situação, e o que poderia ser feito é uma proposta para que conste na Lei a obrigatoriedade dessa consulta não apenas para a RDS, mas sim todas as Unidades de Conservação do Município. O Sr. Waldir Vieira, morador, comenta que o melhor seria que o Conselho fosse consultado para que fossem escolhidos para as servidões nomes de pessoas conhecidas na região e que merecem ser homenageados. A Presidente do Conselho, Magda Franco sugere que seja elaborado um Ofício do Conselho com a solicitação dessa alteração na Lei, para que o Conselho seja consultado na escolha dos nomes das servidões, já que esse seria tema para ser discutido no Legislativo. O Conselheiro Dirk reforça que a razão dessa solicitação é que o Conselho não seja considerado o responsável pelas servidões não possuírem os nomes sugeridos pelos demais moradores, e que apenas deseja que o Conselho seja consultado para as escolhas dos mesmos. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Magda Cristina Villanueva Franco, declara encerrada a reunião às 17h12min, sendo extraída a presente Ata, e assinada pela Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente do Conselho Deliberativo da RDS da Ilha do Morro do Amaral
PORTARIA SAMA Nº 005/2023 SEI Nº: 0015534443

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto

Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco**, **Gerente**, em 03/04/2024, às 18:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020589177** e o código CRC **83EDADFE**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.010696-1

0020589177v1

0020589177v1